

ARQUEOTURISMO NA APA SÃO JOSÉ: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO EM SANTA CRUZ DE MINAS, MG - BRASIL

BETÂNIA NASCIMENTO RESENDE ¹

LUÍZA DE RESENDE MADEIRA ²

LUIZ ANTÔNIO DA CRUZ ³

ULISSES PASSARELLI ⁴

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n12p12>

RESUMO

O potencial turístico de um território é baseado, dentre outros aspectos, na análise de sua história, bens patrimoniais e cultura popular. Dentro do âmbito da análise patrimonial, diferentes possibilidades podem ser mencionadas: patrimônio cultural, natural, paisagístico e humano. Em cada uma destas vertentes descortina-se o planejamento como ferramenta essencial para o desenvolvimento de um turismo que venha valorizar a riqueza de cada território, buscando através do envolvimento e participação de diferentes atores a consolidação de uma atividade que prime pela sustentabilidade em seus processos. Diante disto, o presente trabalho debruça-se sobre a história da mineração no município de Santa Cruz de Minas como fator de proteção, valorização e potencialidade turística para a APA São José, estado de Minas Gerais. Os vestígios arqueológicos do processo minerador neste município podem ser utilizados como fatores sólidos de atratividade turística, educação patrimonial, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Palavras-chave: Santa Cruz de Minas, mineração, potencial turístico, vestígios arqueológicos, Serra de São José.

ARCHEOLOGICAL TOURISM AT APA SÃO JOSÉ: POSSIBILITIES OF DEVELOPMENT IN SANTA CRUZ DE MINAS, MG - BRAZIL

ABSTRACT

The tourist potential of a territory is based, among other aspects, on the analysis of its history, heritage assets and popular culture. Within the scope of heritage analysis, different possibilities can be mentioned: cultural, natural, landscape and human heritage. In each of these aspects, planning is revealed as an essential tool for the development of tourism that will enhance the wealth of each territory, seeking through the involvement and participation of different actors to consolidate an activity that strives for sustainability in its processes. In view of this, the present work focuses on the history of mining in the municipality of Santa Cruz de Minas as a factor of protection, valorization and tourism potential for APA São José, Minas Gerais State. The archaeological remains of the mining process in this municipality can be used as solid factors of tourist attractiveness, heritage education, social development and environmental protection.

Keywords: Santa Cruz de Minas, mining, tourist potential, archaeological remains, Serra de São José.

¹ Professora, Turismóloga, Especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas. Pesquisadora, escritora, palestrante. E-mail: betaniaresende27@gmail.com

² Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestranda do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS da Universidade Federal de São João del-Rei- UFSJ. E-mail: luiza_madeiral@hotmail.com

³ Professor, pesquisador, editor, membro do Conselho Municipal de Política Cultural e Patrimônio de Santa Cruz de Minas; especialista em Administração e Manejo de Unidades de Conservação, pela UEMG/U.S.Fish, mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. E-mail: luizcruzitiradentes@gmail.com.

⁴ Graduado em Odontologia. Pesquisador, folclorista, escritor, palestrante. Membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São João del-Rei; sócio efetivo da Academia de Letras e sócio licenciado do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. Consultor nas áreas de patrimônio e cultura. E-mail: ulisses-passarelli@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O município de Santa Cruz de Minas está localizado à margem direita do Rio das Mortes, entre os municípios de São João del Rei e Tiradentes, Minas Gerais. Até 1995 pertenceu ao Município de Tiradentes, emancipando-se e tornando-se o menor município do Brasil, em extensão territorial, com aproximadamente 3 km² de área.

Sua economia originalmente foi baseada na mineração, desde princípios do século XVIII e foi um importante ponto de extração de ouro. Atualmente, uma parcela da economia baseia-se na extração de quartzo e, além da indústria para beneficiamento deste mineral, há também o beneficiamento de cal. A atividade turística também desponta na cidade devido ao artesanato característico, confeccionado em ferro forjado e madeira de demolição. Muitos visitantes também vão à procura de apreciação das belezas naturais da Serra São José.

A Serra de São José está inserida na mesorregião Campo das Vertentes, possui estrutura de quartzito e paredões que ultrapassam os 100 metros de altura. Além de abranger o município de Santa Cruz de Minas engloba os municípios de Tiradentes, Coronel Xavier Chaves, Prados e São João del-Rei. Seus 4.753 hectares se tornaram área de preservação permanente (APA) em 1990, com a intenção de não só proteger e assegurar a conservação dos mananciais, cobertura vegetal e a fauna silvestre, mas também de preservar o patrimônio histórico e paisagístico. Assim, o presente trabalho busca mostrar o potencial do desenvolvimento do arqueoturismo de forma sustentável na Serra São José, e como essa atividade pode empoderar os agentes do entorno da área de preservação.

METODOLOGIA

Para ser constatado o potencial arqueoturístico do Município de Santa Cruz de Minas, a pesquisa foi realizada em duas etapas.

A primeira etapa consistiu na pesquisa de gabinete, durante o primeiro semestre do ano de 2018. Foram realizados levantamentos de dados secundários, dados bibliográficos que dizem respeito à contextualização arqueológica e histórica da região, sendo usadas fontes escritas, documentais e orais.

A segunda etapa consistiu em duas idas a campo. A primeira ida aconteceu no dia 15 de setembro de 2018 para realização de prospecção sistemática de superfície. Esta técnica consiste na caminhada de toda a área a ser pesquisada, a fim de identificar os vestígios arqueológicos e reconhecer o ambiente. Foi percorrido a pé somente o caminho já previamente aberto para não prejudicar a fauna e flora da unidade de conservação, Refúgio Estadual de Vida Silvestre de Libélulas da Serra de São José (REV's), no qual está situada a trilha em estudo. A segunda ida a campo foi realizada no dia 23 de setembro de 2018, durante a Caminhada Solidária na Serra São José promovida pela prefeitura do Município de Santa Cruz de Minas. Essa ida a campo teve como objetivo observar o interesse e saberes dos moradores do entorno quanto ao patrimônio arqueológico da unidade de conservação e sua opinião acerca da possibilidade de se desenvolver o turismo envolvendo os bens patrimoniais da comunidade. Estas idas a campo contribuíram para a avaliação de quais atrativos constituiriam um possível roteiro turístico interpretativo.

1. PANORAMA HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MINAS

Com a crescente fama da região do Rio das Mortes, como local promissor para os descobertos auríferos, nela se estabeleceu no final do século XVII o Capitão Tomé Portes del-Rei. Ele se mudou com família, agregados e escravos. A região já estava firmada como ponto de travessia rumo nordeste. Segundo Ortiz (1996, v.2, p.135):

Na segunda metade da última década seiscentista, já pelos sessenta anos, ingressou nos sertões mineiros comandando bandeira, acompanhado de muitos moradores do termo de Taubaté, dentre os quais seu genro, Antônio Garcia da Cunha. Tomé Portes e esse seu genro incluem-se dentre os primeiros povoadores da região de São João del-Rei, onde acharam

ouro, estando também no rol dos pioneiros do descobrimento desse metal no rio das Mortes. Afazendaram-se com a família no local, antes da entrada do século XVIII.

Plantou roças e criatórios, montou estalagem e assim acolhia e abastecia viajantes do movimento bandeirante a partir de sua fazenda, ao centro da povoação que estabelecera, sob o nome de Arraial do Rio das Mortes. Ficava nos limites do atual município de São João del-Rei com Santa Cruz de Minas, às margens do Rio das Mortes, no ponto da travessia, conhecido por Porto Real da Passagem. No ano de 1701 foi nomeado guarda-mor distrital, primeira autoridade da região. Pela travessia do rio cobrava pedágio, em parte tributado ao governo. Vale (2000, p.122) transcreveu um recibo de arrecadação de impostos no local:

Em 27.03.1711, nesta Fortaleza do Rio das Mortes pagou Pascoal Macedo 400 oitavas de ouro em pó, por causa da passagem que tem arrematado do Porto do Rio das Mortes, de que se fez termo que assinou com o Superintendente Damião de Oliveira e Sousa, Procuradoria da Fazenda Real e eu, Manuel Dias de Britto, Escrivão da Superintendência e Quintos, subescrevi.

Além da atividade no Porto Real da Passagem, nos primeiros anos do século XVIII ocorreram novas descobertas auríferas na região. Disto resultou o intenso fluxo de aventureiro à busca do ouro, como destacou Fábio Nelson Guimarães (in DANGELO, 2006, p.13 e ss.). Nesta mesma época, em data incerta, surgiram as minas do Córrego de Dona Antônia, hoje território de Santa Cruz de Minas. Registrou tal descoberto, o cronista da época José Matol, escrevendo aproximadamente de 1740, segundo transcrição disponível em Dangelo (2006, p.121).

A mineração na área do Córrego, em torno do qual foi estabelecido um arraial, tornou-se rentável e duradoura. Dentre outros nomes do início do século XVIII em Santa Cruz de Minas, merece destaque o de Marçal Cazado Rotier, de origem franco-portuguesa. Proprietário da imponente Fazenda do Córrego detinha vastas terras que praticamente englobavam todo o atual território do município e mesmo além. Através de seus escravos, Marçal explorou ouro desde a área da Serra de São José conhecida por Morro do Bom Despacho, até as margens do Rio das Mortes, nas imediações do Porto Real da Passagem, como apontou Guimarães (1996), Resende e Freitas (2017, p.14).

Pela várzea do rio ou pela encosta quartzítica da serra, através das vertentes dos morros ou mesmos nas baixadas úmidas, uma grande quantidade de evidências arqueológicas atestam o quão intensa foi a mineração em Santa Cruz de Minas. No período da mineração, chegou a ser edificada na encosta serrana uma capela, sob o orago de Nossa Senhora do Bom Despacho nas primeiras décadas setecentistas. Sua existência local rendeu à própria elevação, onde situava-se o nome de Morro do Bom Despacho e à queda d'água local a designação de Cachoeira do Bom Despacho, cartão postal do município. Aos poucos, a capela, que tinha também um cemitério agregado, caiu em abandono até o nível de arruinar-se, como o diplomata inglês, Richard Francis Burton a avistou em 1867. Registrou Burton (1976):

Passamos por muitas chácaras, agora em ruínas, relembrando os dias de opulência de São João. Um lugar celebrado fica a cerca de duas milhas da ponte, à margem direito do rio e na estrada de oeste, que vai para Lagoa Dourada. O lugar deserto é hoje chamado Vargem de Marçal Casado Rotier, um franco-português, e tem sido falado como a futura capital do Brasil. À esquerda, ergue-se a Serra do Córrego, prolongamento sudeste da Serra de São José: a massa irregular de calcário e arenito ainda conserva, segundo dizem, ouro e cristal de rocha. Em seu sopé, fica uma arruinada povoação de cabanas miseráveis e belas árvores frutíferas, e, mais adiante, a capela de Nossa Sra. do Bom Despacho. A igreja era bem tratada, quando o ouro abundava no córrego e havia pomposas festividades anuais; nos últimos quinze anos, caiu em ruínas.

Na primeira metade do século XX pouco havia sobrado dela, senão umas paredes desmoronando. Narrativas orais apontam que populares, na crença que os escravos haviam

escondido ouro no interior das paredes e túmulos, os escavaram inutilmente, acelerando o arruinamento. No local hoje restam algumas ruínas, como apontou CRUZ (2016, p.25 e 33), aguardando trabalho técnico e quiçá, tornem-se um dia um efetivo atrativo turístico:

Foram realizadas várias visitas ao local onde existiu a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, mas uma delas foi guiada por Antônio José Margotti (1930), pedreiro aposentado. (...) Margotti ainda se recorda de fragmentos da ruína da igreja e do piso de tijolo de barro, bastante gasto.

No entanto, findo o furor da mineração, a economia local se estagnou, passando por uma fase modesta de pequenas propriedades focadas na subsistência e comercialização do excedente. O Rio das Mortes foi ainda um canal de transporte, pois por ele desciam barcaças de lenha, até o Porto, onde a carga passava à terra para transporte por mures, conforme recolhido das narrativas orais por PASSARELLI (2012):

Contam as narrativas orais que ainda em meados do século XX barcaças construídas em madeira desciam o Rio das Mortes trazendo lenha. Os seus condutores, impulsionando-as à força braçal de varejões (varas de longo tamanho), a manejavam até a ancoragem no Porto, junto à antiga ponte local, onde descarregavam. A lenha seguia para venda na cidade, acondicionada em lombo de burro (animais cargueiros) e em carros de bois, como notaram antigos moradores locais, como José Cândido de Salles e Luís Pereira dos Santos.”

Foi então que, nos idos de 1937, ante o crescimento da comunidade estabelecida entre a área da antiga mina do Córrego de Dona Antônia e o Porto Real da Passagem, o Padre José Bernardino da Silveira, de Tiradentes, deu a bênção num cruzeiro fixado entre as casas do Porto. Desde então o nome de Santa Cruz de Minas começa a se enraizar. Uma capela surgiu a seguir, benta no ano seguinte, tendo por padroeiro São Sebastião. Logo virou foco de romarias em seus festejos anuais. A capela encabeçou a praça principal, logo se esquadrejando o arruamento em derredor. Destacou CRUZ (2016, p. 41-42):

O padroeiro da cidade é São Sebastião. No amplo largo central havia um cruzeiro de madeira, por isso a localidade recebeu o nome de Santa Cruz de Minas. O local foi, então, escolhido pelo padre José Bernardino de Siqueira (1892-1976), o pároco de Tiradentes, para edificar uma capela dedicada a São Sebastião.

Resende e Freitas (2017, p.11) apontaram que, com um pequeno território, de cerca de 3 km², que lhe rendeu o título de “Menorzinha do País”, por ter a menor extensão dentre os municípios brasileiros, Santa Cruz de Minas alcançou um incontestável ganho, com melhoria de sua infraestrutura em geral e da qualidade de vida. A cidade depois de longo e planejado trabalho ganhou sua identidade própria, como cidade polo dos móveis e artesanato, e de papel crescente no turismo regional.

2. SERRA DE SÃO JOSÉ – PATRIMÔNIO AMBIENTAL, CULTURAL E HISTÓRICO

A região do Rio das Mortes se tornou conhecida no último quartel do século XVII, quando diversos grupos de paulistas circularam pelos “Sertões dos Cataguases” a capturar índios e em expedições minerárias. Um dos primeiros a ocupar área entre a Serra de São José e o Rio das Mortes foi o taubateano Tomé Portes del-Rei, com uma comitiva pequena, “para prestar serviços aos que por aquela região passavam. Desenvolveu uma estalagem, que lhe proporcionou bons dividendos e deu destaque ao ‘Porto da Passagem’, que passou a receber vários exploradores, viajantes e, por fim, moradores dos arraiais vizinhos que utilizavam do local para se alimentar e até hospedarem” (NASCIMENTO, 2020, p. 43).

Outra personagem marcante, o franco-português Marçal Cazado Rotier, nascido em Lisboa, o pai português e a mãe francesa. Rotier migrou para o Brasil e se instalou no

Arraial do Córrego, na Fazenda do Córrego. Suas terras circundavam a serra e chegavam até a ampla e plana várzea, que acabou ficando conhecida como Colônia do Marçal; posteriormente, um dos lugares cogitados para receber a nova capital de Minas Gerais. Fazendeiro, minerador, vereador da Câmara da Vila de São João del-Rei e construtor da primeira ponte, em madeira e coberta, sobre o Rio das Mortes, em 1735. Obra arrematada em hasta pública, que lhe facultou o direito de cobrar pedágio por sua travessia. Tornou-se dos mais generosos colaboradores da construção da Matriz de Santo Antônio, uma de suas doações foi a grande lâmpada de prata que se está pendurada no arco-cruzeiro dessa igreja. Ao falecer em 1767, por ser provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, teve sepultamento na capela-mor da Matriz de Santo Antônio (GUIMARÃES, 1996, p. 105-110).

Tomé Portes del-Rei e Marçal Cazado Rotier se tornaram personalidades ilustres comuns às duas vilas irmãs São João e São José (a atual Tiradentes), mas em comum mesmo tem a localidade onde se instalaram, o antigo Arraial do Córrego. A origem desse topônimo é o Córrego de Dona Antônia, que “nasce num boqueirão ao sopé da Serra de São José, em terras brejosas, donde lacrimejam olhos d’água, nascentes que se reúnem o formam o pequeno regato supra-nominado, que praticamente em linha reta corre por cerca de um quilômetro ou pouco mais e já deságua na margem direita do Rio das Mortes” (PASSARELLI, 2016). Essa área entre as duas vilas é atualmente o município de Santa Cruz de Minas. O último desmembrado de Tiradentes e a compor o menor do Brasil. A sede da Fazenda do Córrego se encontra, então, em Santa Cruz de Minas, bem ao sopé da Serra de São José e devidamente preservada. A jovem cidade, criada em 21 de dezembro de 1995, mas com longa história, tem seus limites geográficos o Rio das Mortes, a Serra de São José e o Córrego Fragaia. Em área diminuta, boa parte de seu território ainda integra as unidades de conservação ambiental da Serra de São José.

Nos últimos anos, Santa Cruz de Minas tem desenvolvido projetos interdisciplinares de Educação Patrimonial e Educação Ambiental, especialmente na Escola Estadual Amélia Passos, Escola Municipal Luzia Ferreira, CAIS e no CRAS. As diversas atividades envolveram a comunidade escolar e com certo sucesso, acabaram por colocar a localidade em destaque por seus projetos patrimoniais. A Serra de São José e seus aspectos ambientais, culturais e históricos têm sido contemplados nessas iniciativas.

Conforme assegura o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Serra de São José, com os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado, abriga superposição de unidades de conservação, como a APA – Área de Proteção Ambiental São José, Decreto Nº 30.934, de 16/2/1990; o RVS – Refúgio Estadual de Vida Silvestre Libélulas da Serra de São José, Decreto Nº 43.908, de 15/11/2004; o Mosaico de UC da Serra de São José – Decreto Nº 44.518, de 16/5/2007. A serra como unidade ambiental e paisagística, abrange os municípios de Santa Cruz de Minas, Tiradentes, Prados, Coronel Xavier Chaves e São João del-Rei, encontra-se em processo de tombamento federal pelo IPHAN (CRUZ, 2016, p.56).

Em seu exíguo território, Santa Cruz de Minas abriga um conjunto de tesouros, como o Sítio Arqueológico do Bom Despacho – local onde existiu a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e seu cemitério (BURTON, 1976, p.130), betas de ouro e diversos remanescentes das atividades auríferas, a Cachoeira do Bom Despacho, ponto de significativa visibilidade da Serra de São José, maior atrativo da comunidade e de turistas, onde se instalou o primeiro totem do Circuito Estrada Real. Em seus ambientes, as exuberantes fauna e flora, com destaque para as plantas de uso medicinal tradicional, das comunidades de libélulas e de borboletas. Além de muitas lendas e “causos” curiosos – que habitam o imaginário dos antigos moradores – os quais enriquecem a memória oral – dos tempos das bateias cheias de ouro, dos blocos de cristais translúcidos, dos inúmeros produtos retirados da serra para a subsistência de famílias numerosas. Tudo isso mantêm certos pontos da serra em destaque, como o Cemitério do Bom Despacho, as cavas, as betas, as lagoas, a antiga ponte do Porto, a linha do trem que chegava bem pertinho da serra para retirar cascalho para as linhas férreas, até o aeroporto e tantos outros.

As ações educacionais que envolvem temas como a Serra de São José e outros de interesse dos moradores têm recebido atenção e apoio do CMPCP - Conselho Municipal de Política Cultural e Patrimônio de Santa Cruz de Minas. O CMPCP é deliberativo, muito atuante e congrega representantes de vários segmentos da comunidade. O patrimônio material e imaterial local tem sido reconhecido e contemplado com recursos financeiros para sua manutenção e desenvolvimento.

A Serra de São José (Figura 1), como uma das referências mais antigas da região do Rio das Mortes, é ambiente impregnado de memórias, de recursos hídricos, de muitos vestígios arqueológicos, mas também *habitat* de preciosidades da fauna e flora. Um valioso patrimônio que precisa ser preservado, mas também conhecido, apropriado como bem público e identitário. Por isso, muitos projetos ainda terão que ser desenvolvidos – que sejam bem vindos, sempre!



Figura 01: Localização da Serra São José (MG) com indicação dos municípios próximos.
Fonte: Google Earth.

3. A IMPORTÂNCIA ARQUEOLÓGICA DOS VESTÍGIOS DA MINERAÇÃO EM SANTA CRUZ DE MINAS

A extração de ouro no município de Santa Cruz de Minas durante o período colonial modificou a paisagem da Serra São José, deixando marcas em suas vertentes. Esses vestígios da atividade de mineração passaram a compor e a pertencer a paisagem, e também são testemunhos de como as atividades antrópicas são capazes de modificar e construir o ambiente, ao mesmo tempo em que o ambiente influencia e norteia atividades e decisões humanas.

As bêtas, pilões de soca, cascalheira e monturos, grupiaras e lavras⁵ fazem parte de uma complexa rede de exploração mineral. Dessa forma os vestígios se relacionam entre si e não estão isolados. O olhar atento com perspectiva holística aos sinais de mineração, podem nos revelar questões relacionadas à organização do trabalho, dos ciclos do processo extrativista e métodos e técnicas usadas. Assim, os vestígios arqueológicos são essenciais para a compreensão da mineração durante o século XVIII (GUIMARÃES, 2005).

Segundo GUIMARÃES (2005), os documentos históricos e iconográficos são fontes de valiosas informações das práticas minerárias. No entanto, devem ser dialogados com as informações reveladas pelos vestígios arqueológicos, os quais são capazes de averiguar ou refutar conhecimentos obtidos por meio da análise de documentos históricos e

⁵ **Bêta**: escavação manual de talho fechado; galeria de mineração de paredes irregulares e profundidade variável, aprofundando-se na estrutura de pedra da serra, acompanhando a direção do veio que é explorado à busca do ouro; **Pilões de soca**: pequena cavidade côncava, artificial, aberta numa rocha para socar pedras que tenham ouro; **Cascalheira**: amontoado de material refugado da mineração, no qual domina o cascalho grosseiro; **Monturo**: amontoado de material refugado da mineração, no qual domina o cascalho fino, mas que também contém areia e terra; **Grupiara** ou guapiara: escavação para exploração aurífera a talho aberto, bastante irregular e de tamanho muito variável; **Lavra**: mineração de grande porte, que contém diversas e numerosas estruturas de garimpagem.

imagens. A maior parte destes documentos foi elaborada por pessoas da elite e viajantes e, muitas vezes, são idealizadas procurando-se exaltar as atividades ou expor somente um ponto de vista. A pesquisa arqueológica não só é capaz de complementar a pesquisa histórica, mas também, é capaz de revelar aspectos únicos da perspectiva técnico-científica da atividade de mineração.

Guimarães, Reis e Pereira (2003) colocam a necessidade dos registros arqueológicos, documentais e iconográficos se comunicarem:

Dessa forma, os diferentes registros – arqueológicos, documentais e iconográficos – são capazes de fornecer, cada um, informações únicas e específicas que se integram e se complementam, possibilitando compreender as diferentes formas pelas quais o ouro foi extraído durante o período colonial. Por exemplo, ao retratar os aspectos materiais daquela realidade histórica, as informações iconográficas tornam-se fundamentais também para a identificação/interpretação de sítios e vestígios arqueológicos. É preciso deixar claro, contudo que o cruzamento dos dados provenientes dessas diferentes fontes não deve se limitar a um puro e simples levantamento das condições técnicas e dos processos metodológicos da mineração colonial. Na verdade, isso constitui a base empírica e insubstituível a partir a qual é possível resgatar de forma mais completa e integrada a dinâmica histórico-social da sociedade mineira que teve a mineração como a atividade orientadora do seu processo de formação e consolidação (GUIMARÃES, REIS e PEREIRA, 2003, p. 212)

Entender a atividade de exploração mineral durante o período colonial não só é de fundamental importância para a reconstituição da realidade histórica-social dos séculos passados, mas também, é fundamental para compreender os transcurso históricos e sociais atuantes hoje em dia nos territórios onde a mineração norteou o processo de colonização. Com essa compreensão os agentes desses territórios fortalecem suas identidades, gerando sentimento de pertencimento social, fazendo com que sejam capazes de questionar as hegemonias culturais e políticas ainda hoje vigentes.

Além das marcas da extração do ouro na Serra São José, há outros monumentos que remetem às origens da colonização da região, como as ruínas da Capela Nossa Senhora do Bom Despacho, o cemitério de escravos em Santa Cruz de Minas, a Calçada dos Escravos (caminho feito de pedras usado para o deslocamento entre Tiradentes e Ouro Preto) e a Cruz do Carteiro. Santos Filho (2001) também lembra o patrimônio cultural imaterial da Serra:

Eu costumo dizer que desde o descobrimento do ouro que se deu nos córregos que desciam da serra e o próprio nome da Serra é ligado ao nome da Vila de São José, né? E antes disso, ela já foi um balizador dos bandeirantes quando passaram por essa região. Era conhecida como apenas “O Morro”, a partir de 1718, quando o arraial vira Vila de São José, ela passa a ser a Serra de São José. Então eu acho que tem um valor inestimável não só como patrimônio natural, mas como uma memória histórica da região toda, inclusive com todas as construções em volta ainda remanescentes. [...] Isso tudo confere a ela um valor incalculável como. Não só com bem natural, mas como paisagem cultural e histórica. (SANTOS FILHO, 2001)

Por sua vez, Blach e Cedro (2014) colocam que, apesar da criação de unidades de conservação na Serra, é grande o número de processos judiciais e ocorrências policiais de depredação na área. Testemunhos que remontam as origens da ocupação desse território correm o risco de serem depredados sem ao menos terem sido registrados, levando consigo a história e a identidade das comunidades estes fatores são essências para o empoderamento e sentimento de pertencimento dos indivíduos. O papel de preservar o patrimônio cabe aos indivíduos, grupos e instituições, (SOBREIRA, *et al*, 2014) por isso é necessário que além da atuação da educação ambiental na comunidade, ela reconheça o patrimônio e atue nas pesquisas realizadas. O arqueoturismo além de promover a educação ambiental pode levar

aos indivíduos a conhecer o valor patrimonial, histórico e científico das estruturas e artefatos arqueológicos.

É conceituado como turismo arqueológico, as atividades de lazer ou educativas que combinam o caráter histórico ou cultural com o ecoturismo dos locais visitados tanto por turistas quanto por moradores. Tendo como objetivo proteger, conservar e divulgar o patrimônio arqueológico e natural provendo o desenvolvimento econômico das comunidades e buscando envolvê-las “*de forma com que os bens arqueológicos adquiram sentido para elas*” (VELOSO, 2007). O redescobrimento do patrimônio leva a uma valorização do local gerando a necessidade de resgatar e preservar a herança cultural, a memória e a identidade pela comunidade local.

O arqueoturismo vem crescendo ao longo dos anos devido à necessidade de resgatar e reafirmar a identidade cultural no mundo moderno globalizado. Por meio do turismo é possível que cidadãos passem a valorizar a sua cultura, história e patrimônio ao entrarem em contato com ela, fazendo com que sejam preservadas suas memórias e identidades. Portanto, o trabalho contribui por buscar novas formas de desenvolvimento da região, aliados à proteção e preservação do patrimônio natural e à valorização da identidade e memória locais. Para Tomaz (2010) ao mesmo tempo em que são preservados os espaços utilizados por um povo, os seus modos e saberes, também é preservada a sua memória. Assim, o turismo arqueológico se revela como uma prática econômica sustentável, e uma ferramenta de educação e popularização do patrimônio cultural e da responsabilidade que temos com o ambiente.

4. IDENTIDADE MUNICIPAL: FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A atividade turística se apresenta como um fenômeno muito intrigante, despertando inúmeras discussões e conceituações devido à complexidade de seus procedimentos e o grande número de envolvidos em todo seu processo. Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, o turismo é definido da seguinte forma: “*Atividade do viajante que visita uma localidade fora de seu entorno habitual, por período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada por entidades do local visitado*”.

O planejamento é um processo que exige bastante atenção desde o momento em que é pensado até sua execução, pois as consequências de uma idealização equivocada ou incompleta são, na maioria das vezes, avassaladoras.

Como um grande sistema, em que cada parte tem sua função vital para a manutenção do todo, a atividade turística é, segundo o Ministério do Turismo: “[...] *um sistema formado por quatro grupos principais: o político, o empresariado, os profissionais e prestadores de serviços em turismo e a comunidade*”. Dentro desse sistema cada parte exerce um papel importantíssimo para a manutenção e bom funcionamento do todo.

Diante desta perspectiva, é imprescindível que ao se cogitar a implementação da atividade turística em uma Unidade de Conservação, tenha-se a responsabilidade de seguir os preceitos legais que envolvem este processo, bem como realizar o planejamento do processo envolvendo a comunidade local.

A Unidade de Conservação da qual se trata este artigo é a APA São José, cuja área abrange quase 5.000 ha, sendo sua criação oficializada pelo Decreto 30.934, de 16 de fevereiro de 1990, nos seguintes termos:

Fica declarado, sob a denominação de APA São José, como de proteção ambiental, para fins de preservação do patrimônio histórico, paisagístico e da cultura regional, proteção e preservação dos mananciais, cobertura vegetal (cerrado e áreas remanescentes de Mata Atlântica) e da fauna

silvestre, área de terreno situado na Serra São José, nos Municípios de Tiradentes, Prados, Coronel Xavier Chaves e São João del Rei.⁶

Como supracitado, qualquer ação de interesse turístico deve ser muito bem planejada para que seus efeitos positivos possam ser maximizados e os negativos, minimizados. Uma das principais estratégias neste processo é o envolvimento da comunidade através do senso de pertencimento.

O processo de entender, trabalhar e investir em sua identidade traz ao município a responsabilidade de conhecer verdadeiramente seu território, sua história, seu patrimônio, seu povo. Ao conhecer de fato seu território, o lugar que administra, o governo municipal precisa criar mecanismos que estimulem o senso de pertencimento local em sua comunidade, para que juntos, os segmentos responsáveis pelo planejamento e implementação da atividade turística possam transformar toda potencialidade em atrativo e consequentemente em produtos turísticos capazes de gerar desenvolvimento humano, social, econômico e cultural para o município.

O potencial turístico de um lugar se desenvolve em função basicamente de seus recursos, do que ele tem a oferecer, mas o seu crescimento depende da capacidade de valorizar tais recursos e da criação de novos fatores de atração. A participação da comunidade local no contexto do planejamento turístico é primordial para que haja, de fato, resultados positivos, que gerem transformação social. Uma comunidade que é incluída no processo de desenvolvimento da atividade turística sente-se valorizada e se torna ferramenta fundamental para seu sucesso.

Mas há de se compreender que esta participação não se deve limitar apenas no processo inicial, com sugestões ou indicações. A comunidade precisa se sentir parte do todo e entender que é um segmento fundamental para que a engrenagem da atividade turística possa rodar.

Existe uma máxima que diz que um local para ser bom para o turista precisa ser bom para sua comunidade primeiro. Isso significa que não adianta implantar mudanças em um território visando apenas o bem estar do visitante. Primeiro é preciso se pensar no bem estar da própria comunidade, para que não se crie uma cidade ideal de um lado, formatada para ser um cenário turístico e outra cidade real de outro, onde a comunidade não consiga usufruir dos benefícios que seu próprio território possui.

Um dos possíveis caminhos para que a comunidade se envolva e colabore com o desenvolvimento do turismo é fazê-la sentir-se pertencente ao seu território. As pessoas precisam ter orgulho do lugar onde vivem. Precisam conhecer a história do lugar, as particularidades de seu município, os atrativos que ele possui e a forma de converter tudo isso em ferramentas capazes de gerar trabalho e renda e, consequentemente, desenvolvimento social, econômico e humano.

O pertencimento local é uma das principais chaves que abrem as portas para o desenvolvimento turístico. Quando uma comunidade entende, ama e respeita seu território ela passa também a defendê-lo, honrá-lo e porque não dizer, vendê-lo como atrativo. Ao sentir orgulho do lugar onde vivem, de entender sua história, seus patrimônios, sua arte e cultura, os moradores locais passam a propagar de maneira positiva os fatores de atratividade de seu território, contribuindo assim para o marketing turístico, que acontecerá de maneira natural e espontânea.

Se cada cidadão entendesse que a história do lugar onde vive está intimamente ligada a sua própria história de vida, buscaria compreendê-la melhor no intuito de se entender melhor como indivíduo.

⁶ A potencialidade do arqueoturismo sustentável da APA São José (fruto deste estudo), localiza-se no território do município de Santa Cruz de Minas, cujo nome não se encontra no decreto oficial de criação da instância de proteção, visto que neste período (16 de fevereiro de 1990), Santa Cruz de Minas ainda era um distrito do município de Tiradentes, sendo emancipado apenas no ano de 1995.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao ser demonstrada a viabilidade do aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico da Serra de São José, ele poderá ser implantado, ampliando e diversificando a atividade turística na região, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no município de Santa Cruz de Minas/MG, para a preservação do patrimônio cultural e natural, além de incentivar a valorização da cultura local. Contudo, para Manzato (2007) para que seja minimizada a degradação dos sítios e o turismo se torne uma atividade sustentável para a região, é necessário que ocorra o planejamento turístico antes que este comece a ser implantado.

Para que a atividade do Turismo Arqueológico possa ser sustentável, Guimarães (2012) coloca que cinco itens devem ser seguidos, os quais são: o direito das futuras gerações de desfrutarem de destinos turísticos conservados, a satisfação das comunidades receptoras, a satisfação dos turistas, a proteção dos recursos ambientais e o respeito aos bens culturais. Logo, para que esses preceitos possam estar presentes de forma eficiente durante a execução da atividade é necessário um planejamento.

O planejamento turístico é realizado a fim de auxiliar na conservação do local, tornar os locais acessíveis e interessantes, bem como auxiliar no reconhecimento desses locais pela comunidade para que ela possa participar na gestão dos ganhos da prática turística (MANZATO, 2007; VELOSO e CALVACANTI, 2007). Ao estudarem diversos exemplos de turismo arqueológico no Brasil e na Espanha, VELOSO e CAVALCANTI, ainda concluem que:

Para a elaboração de projetos e propostas de turismo arqueológico devem ser observados alguns quesitos tais como: a preparação dos sítios que contemplem ações de conservação; implantação de equipamentos para a recepção de visitantes; construção, reparação, adequação e sinalização de vias de acesso; qualificação de recursos humanos para o monitoramento dos sítios e atendimento ao público visitante; desenvolvimento de ações de educação patrimonial além de campanhas educativas e ações coordenadas de divulgação; formação e captação de parcerias público-privadas; desenvolvimento de pesquisas arqueológicas com rigor científico e de projetos arquitetônicos integrados e específicos para cada sítio. (VELOSO e CAVALCANTI, 2007; p. 166)

Para Guimarães e Nascimento (2006) o planejamento de roteiros arqueoturísticos deverá sempre avaliar “*as condições dos vestígios e os riscos a que serão submetidos*” (p.33), para que a atividade turística seja realizada de forma sustentável. Segundo Martín (2007) os roteiros interpretativos atuam como difusores, na medida em que transmitem ao público o significado do legado natural ou cultural de uma região de forma criativa e prazerosa. Eles contribuem ainda para a valorização e conservação do patrimônio, promoção da memória e identificação comunitária com sua história. Já Guimarães (2012) conceitua a interpretação patrimonial como:

Uma disciplina que possui uma variedade de pautas e diretrizes metodológicas para a comunicação e para a apresentação do patrimônio in situ ao público e para a transmissão de uma mensagem impactante que, se possível, transcenda a visita e incute atitudes e comportamentos positivos em relação ao patrimônio e o seu entorno social. (GUIMARÃES, 2012, p.72)

Um roteiro pode transmitir de diversas formas a interpretação do patrimônio, entre elas estão: trilhas, caminhadas, rotas com placas informativas, tour guiados, espetáculos, festivais de teatro e celebrações de recreação histórica, reconstruções históricas de gostos, sabores, odores, transporte, técnica e modos de fazer de qualquer época, exposições fotográficas e relatos de mudanças territoriais e de hábitos (VELOSO & CAVALCANTI, 2007; MURTA & GOODEY, 2001).

Durante a segunda etapa da pesquisa, na qual foi realizado trabalho de campo em parceria com a comunidade, foi traçado um roteiro contemplando os locais que estavam mais presentes na memória afetiva dos personagens. Os pontos que passaram a compor o roteiro interpretativo, não só dizem respeito a vestígios arqueológicos, mas também a pontos de interesse geológico e ecológico. O ponto de partida do roteiro interpretativo elaborado foi a Mina do Lourinho (Gruta de Nossa Senhora Aparecida), local onde a comunidade guarda recordações de quando a atual estrutura da bica era inexistente. Muitos participantes desta caminhada, moradores antigos do território, se recordaram de quando tinham que descer por um poço para buscarem água em cuias. O término experimental do roteiro foi estipulado no Marco Zero, ao lado da Cachoeira do Bom Despacho. Naquele lugar as memórias afetivas da comunidade relataram estórias das mulheres que iam lavar as roupas nas pedras da cachoeira.

Além da beleza cênica da paisagem serrana e da vargem do rio, os principais atrativos que o roteiro contempla são os vestígios da mineração aurífera (bêtas, pilões de soca, cascalheiras e monturos; grupiaras e lavras), o sítio arqueológico das ruínas da Capela do Bom Despacho, a travessia do Córrego do Mangue, a Cachoeira do Meio, a Cachoeira do Bom Despacho, a Pedra do Índio, as estruturas geológicas ripples (marcas de ondas), elementos da fauna e da flora como os insetos da família da ordem odonata (libélulas), as plantas canela de velho (*Miconia albicans*), sempre vivas (*Actinocephalus polyanthus*) e orquídeas da família Orchidaceae. Foi observado um especial interesse na população a respeito das técnicas de extração do ouro e a respeito da flora da região. Uma das participantes lembrou-se de quando percorria a Serra São José com seu pai para coletar plantas medicinais; deu especial destaque à “batatinha” de *Cyperus rotundus*, popularmente conhecida por tiririca, dita como anti-inflamatória.

As idas a campo nos trouxeram a visão da necessidade de diversas intervenções na estrutura da trilha. Para que haja o máximo aproveitamento educativo e lúdico que o roteiro interpretativo pode proporcionar, foram percebidas pelos participantes as seguintes demandas estruturais: sinalização indicativa e interpretativa, infraestruturas de passagens sobre fluxos d'água (pequenas passarelas), corrimão de cabo de aço ancorado em barras de ferro para subidas íngremes, limpeza básica da trilha em pontos de acesso e trajeto, velário na área da capela, instalação de lixeiras adequadas ao ambiente serrano no percurso da trilha e capacitação de condutores de turismo.

6. CONCLUSÕES

Diante das etapas realizadas para elaboração deste trabalho foi possível concluir que há viabilidade para a implementação do arqueoturismo na Serra de São José no território correspondente ao município de Santa Cruz de Minas. Tal afirmativa é balizada pela expressividade da importância histórica do lugar. Os vestígios arqueológicos do período da mineração aurífera, encontrados facilmente ao longo da trilha proposta, embasam a potencialidade turística local.

Ficou perceptível que a caminhada guiada na Serra, no âmbito da trilha proposta, contribuiu para a difusão dos valores culturais da comunidade e ampliação do senso de pertencimento local.

No entanto, para que o arqueoturismo possa contribuir para a educação patrimonial e ambiental e o desenvolvimento socioeconômico do município de Santa Cruz de Minas, divulgando-o de forma positiva como destino turístico é necessário que ocorra a manutenção da trilha, a implementação de infraestrutura, assim como, sejam traçadas ações mitigadoras de impacto ao patrimônio cultural e ao meio ambiente.

Assim sendo, envolver a comunidade santacruzense no processo de planejamento turístico da APA/Refúgio da Serra de São José é fazer com que esta atividade possa ter

importante papel na educação patrimonial, bem como na sustentabilidade, no desenvolvimento social e na proteção ambiental para a referida unidade de conservação.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Os créditos das fotos abaixo são de Ulisses Passarelli e Betânia Nascimento Resende, obtidas durante a segunda etapa da pesquisa de campo, em 15 e 23/09/2018.



Fotos 02 e 03: Início da subida da trilha. Necessidade de infraestrutura de passagens sobre fluxos d' água e sinalização.



Fotos 04, 05 e 06: Início da subida da trilha. Necessitando de sinalização indicativa e limpeza.



Foto 07: Subida da trilha. Necessidade de infraestrutura.



Fotos 08, 09, 10 e 11: Pilões de soca: necessidade de sinalização interpretativa e de limpeza básica para conservação da visualização dos elementos



Fotos 12, 13 e 14: Resíduos de velas acesas ao fundo da estrutura da Capela do Bom Despacho: persistência imemorial da devoção popular – risco de incêndio florestal. Necessidade de velário adequado, bem fixado e sinalização interpretativa e educativa.



Fotos 15 e 16: Presença de cascalheiras e monturos ao longo da trilha: necessidade de sinalização interpretativa e limpeza da área.

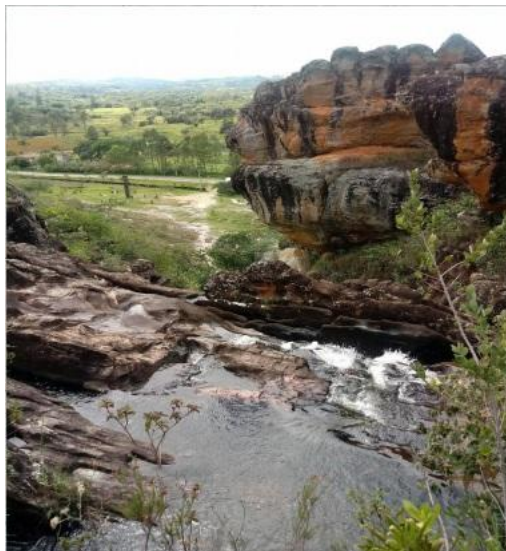


Foto 17: Vista superior Cachoeira do Bom Despacho

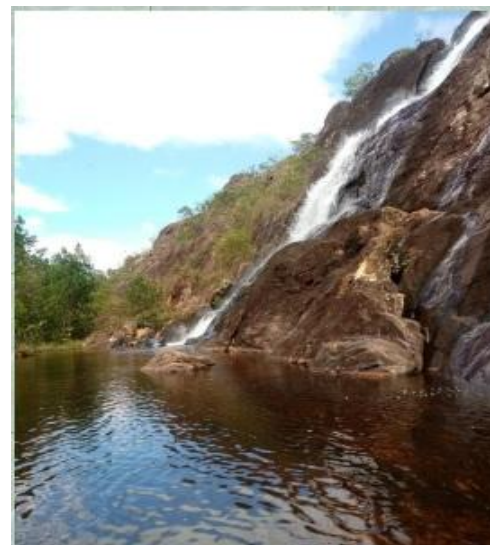


Foto 18: Cachoeira do Meio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, J. **Cultura e Opulência do Brasil**. 2ª. Rio de Janeiro: Senado Federal. 1837
- BARREIROS, C. **As Vilas del-Rei e a Cidadania de Tiradentes**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1976
- BLACH, M., & CEDRO, M. Patrimônio Natural e desenvolvimento sustentável no processo de proteção da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes. **Temporalidade**, 6, 143-153. 2014
- BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo. 1976
- CÂNDIDO, L. A. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: Educs. 303p.il. 2003
- CRUZ, A. **Serra de São José: Educação Patrimonial**. Tiradentes: Mandala Produção. 88 p.il. 2016
- DANGELO, A.G.D. (Org). **Origens históricas de São João del-Rei**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 127p. 2006
- DECRETO Estadual nº 30.934, de 16 de fevereiro de 1990, Belo Horizonte/MG. 1990
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2003
- GUIMARÃES, A. M. **Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas**. Tese - Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012

- GUIMARÃES, C. Arqueologia da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII). **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, p.1-8. 2005
- GUIMARÃES, C. M., & NASCIMENTO, E. De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidade e limites para a arqueologia mineira colonial. **Anais Do Museu Histórico Nacional**, v.38, p. 25-44. 2006
- GUIMARÃES, C.; REIS, F.; PEREIRA, A. Mineração colonial: Arqueologia e História. **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26 a 28 de novembro, p. 192-212. 2003
- GUIMARÃES, G. **A Bacia do Rio das Mortes**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, São João del Rei, n. 6. 1988
- GUIMARÃES, G. **São João del-Rei - Século XVIII: História sumária**. São Paulo. Companhia das Letras. 147p. 1996
- JANUÁRIO, M. V. **Turismo em Área de Proteção Ambiental: o caso da Serra de São José em Tiradentes - Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) - Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. 2008
- MAGALHÃES, F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável nos Municípios**. São Paulo: Roca. 2002
- MANZATO, F. Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 5 n. 1, p. 99-109. 2007
- MARTÍN, M. Patrimonio y Sociedad El conocimiento mutuo como estrategia de una gestión coordinada entre el medio ambiente e la cultura. **Boletín de interpretación. Asociación para la Interpretación del Patrimonio España**, .nº.17, p. (?).2007
- MURTA, S. M., & GOODEY, B.. **Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado: um guia**. Belo Horizonte: Minas Gerais, Edição Sebrae. 2001
- NASCIMENTO, S. **O trabalho das câmaras e a disputa fronteiriça pelos vereadores das vilas del-Rei**. Belo Horizonte: Bellas Artes Gráfica e Editora. 2020
- ORTIZ, B. **São Francisco das Chagas de Taubaté**. 2.ed. Taubaté: Prefeitura Municipal, 1996. 2v. 1996
- PASSARELLI, U. O histórico povoado do Córrego. In: **Tradições Populares das Vertentes**. 2016. Disponível em: > <http://folclovertentes.blogspot.com/2016/06/o-historico-povoado-do-corrego.html>.< Acessado em: 21 de out. 2020.
- PASSARELLI, U. Pontes de Matosinhos. In: **Tradições Populares das Vertentes**. 2012. Disponível em: > <https://folclovertentes.blogspot.com/2012/12/pontes-de-matosinhos.html> < Acessado em: 21 de out. 2020.
- RESENDE, B. N; FREITAS, L.C. **Minha Cidade: minha identidade**. Santa Cruz de Minas: Mandala Produção. 80 p.il. 2017
- RESENDE, B. N. **Planejamento turístico em São João del-Rei: correlação entre a gestão municipal e a participação popular**. Monografia de conclusão de curso. São João del-Rei. 2009
- ROMEIRO, A. **Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: UFMG. 2008
- SANTOS FILHO, O. R. **Serra de São José: Aspectos históricos e paisagísticos**. Tiradentes: *Arquivo do IPHAN*. 2001
- SOBREIRA, F.; MAIA, A.; FERREIRA, E.; LUCON, T.; LIMA, H. Divulgação do acervo arqueológico mineração no período colonial em Ouro Preto e Mariana. **Revista Ciência em Extensão**. EXT. v.10, n.1, p.17-36, 2014.
- TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fenix - Revista de História e Estudos Culturais**, 7(2) p. 2-12. 2010
- VALE, D.C. **Memória Histórica de Prados**. 2.ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000. 600 p.il. 2000
- VASCONCELOS, D. **História Antiga das Minas Gerais**. 4. ed. v.1. [s.d.]
- VELOSO, T. P. G. & CAVALCANTI, J. E A. O turismo em sítios arqueológicos: alguma modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, p.155-168. 2007